



## Jogo de imagens na página 2: estudo preliminar da Lava Jato nos editoriais da Gazeta do Povo

Ester Athanásio<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo analisa, de maneira preliminar, a imagem pública da Operação Lava Jato nos editoriais da Gazeta do Povo, principal jornal do Paraná. Recorre-se à literatura sobre imagem pública política e teoria do jornalismo, já que o objeto é analisado a partir de material jornalístico. Ressaltam-se, portanto, as distinções dentre jornalismo informativo e opinativo, conferindo caráter privilegiado ao texto editorial – responsável pelo posicionamento oficial do veículo acerca da agenda pública. Tal texto contribui, enquanto ícone de visibilidade pública, para a construção da imagem de atores políticos ali expostos e é fundamental na formação da imagem pública do próprio veículo de comunicação. O corpus é composto de 10 editoriais de março a junho de 2016, submetidos à Análise do Discurso. Conclui-se que há uma defesa convicta da Lava Jato, exibida como “implacável” trabalho de “limpeza ética” e “ruptura” política.

**Palavras-chave:** Comunicação Política; Jornalismo; Editorial; Imagem pública; Lava Jato.

### 1. Introdução

A linha de chegada da corrida eleitoral de 2014 inaugurou um período turbulento na política brasileira. Ao vencer a eleição presidencial mais apertada e polarizada da história, com apenas 3,28 % de vantagem nas urnas (3,4 milhões de votos) e com o início de um período de instabilidade econômica, Dilma Rousseff abriu o segundo mandato com uma soma de baixas que a conduziram a sucessivas perdas na aprovação – processo que vinha se agravando desde junho de 2013, tendo conquistado algum fôlego durante a acirrada campanha. Se em março de 2013 a petista exibia os surpreendentes

---

<sup>1</sup> Jornalista e Mestranda do Programa de Pós Graduação em Comunicação, na linha de Comunicação e Política, pela Universidade Federal do Paraná.

65% de aprovação, segundo o DataFolha, um ano depois, a taxa chegou a 36%. 2015 começou difícil (23%) e terminou ainda pior (8%), com taxas de rejeição que chegavam a 71%, superando o pior momento do ex-presidente Fernando Collor (65%). A entrada em 2016 já anunciava o agravamento da crise política.

Sem desprezar fatores econômicos e de ordem administrativa, é válido afirmar que a Operação Lava Jato, que investiga um esquema bilionário de corrupção na Petrobrás desde março de 2014 e atingiu a classe política em março de 2015, exerceu forte influência nos desdobramentos do cenário político dos últimos dois anos. A maior investigação anti-corrupção já desempenhada no Brasil encontrou conformação na população que reivindica o fim da impunidade. A firmeza atribuída ao juiz federal Sérgio Moro aparece com catalisador do processo.

Em 2016, as tentativas de impeachment apresentadas na Câmara dos Deputados ganharam corpo a partir do rompimento do presidente da casa, Eduardo Cunha (PMDB), com o governo petista. Embora as justificativas não tivessem relação com a Lava Jato, o desgaste que o governo sofreu por abrigar uma série de nomes investigados reforçou a iniciativa de afastar Dilma. Não é à toa que as manifestações populares pró-impeachment não raramente apresentavam ícones da operação, tais como bonecos infláveis e cartazes de apoio a Moro. Em março, a condução coercitiva do ex-presidente Lula seguida de uma nomeação para o Ministério da Casa Civil (supostamente a fim de protegê-lo do julgamento na “República de Curitiba”) e do vazamento de uma conversa entre ele e Dilma, levou a credibilidade do quarto mandato petista consecutivo a níveis desastrosos, até que, no dia 17 de abril, os deputados federais admitiram o afastamento de Dilma (367 x 137) e em 12 de maio o pedido foi confirmado pelo Senado (55 x 22). Os registros das discussões e votações evidenciam a pressão que a Operação Lava Jato exerceu, sendo usada como um dos principais argumentos daqueles que foram favoráveis à interrupção do mandato.

Estudos apontam para o papel mediador e formador da Opinião Pública que é desempenhado pelos meios de comunicação e, em especial, pelo jornalismo. A formação da imagem da Operação Lava Jato é uma construção elaborada por diversos fatores e a cobertura noticiosa ocupa uma centralidade conferida pela credibilidade da prática jornalística que estabelece um contrato de veracidade com seus consumidores. Para este

artigo interessa, em especial, a imagem pública da Operação Lava Jato construída nos editoriais da Gazeta do Povo, o principal jornal do Paraná – onde está instalada a Força-Tarefa da Lava Jato.

## 2. Política e Imagem Pública

A Lava Jato investiga empreiteiras, doleiros e empresas estatais, mas causou maior impacto no cenário público ao revelar a participação de atores políticos importantes. Ao colocar em xeque a idoneidade dessas autoridades, a imagem pública dos envolvidos é julgada, exposta e alterada de acordo com o jogo de imagens pintado pela comunicação de massa. Os políticos são obrigados a lidar com um efeito negativo da esfera de visibilidade pública, outrora tão requisitada.

A arena midiática é um espaço de lutas constantes em torno da construção de uma imagem pública positiva. Essa articulação com os meios de comunicação é acionada com intuito de engrandecer um grupo político e desqualificar o adversário e, durante as crises políticas e escândalos, os adversários podem facilmente desconstruir a imagem do opositor e se reposicionar favoravelmente perante a Opinião Pública. Construção e desconstrução de imagens são processos simultâneos e constantes (WEBER, 2004).

Essa disputa de imagem é constituída da participação ativa de atores políticos, embora as representações não estejam totalmente sob seu controle. Na *política de imagem*, a administração da imagem pública está sujeita à ação de aliados, adversários e a circunstâncias próprias do jogo político; é apoiada e construída sobre mecanismos de enunciados linguísticos (GOMES, 2004).

Ao tratar das transformações sofridas pela política na chamada “era da comunicação de massa”, Wilson Gomes afirma que a política de imagem existe desde a antiguidade, mas devido à centralidade da esfera de visibilidade das sociedades contemporâneas, há especificidades próprias da era da comunicação de massa. Neste contexto, a imagem pública raramente pode ser construída por experiência sensorial direta e, portanto, é mediada pelos meios de comunicação de massa. Princípios, lógicas e interesses das instituições de comunicação selecionam, estruturam e disseminam imagens.

Gomes (2004) tem o cuidado de esclarecer a metáfora da imagem para que não seja reduzida ao sentido visual. A imagem pública não tem relação com imagem plástica.

É uma analogia de representação que define um fato cognitivo. Imagem pública é representação, todavia, se distingue do icônico e imagético. Por essa razão, admitem-se imagens de coisas que não possuem representação visual, como é o caso da Operação Lava Jato que sequer possui sede própria. Sua imagem está associada a pessoas e instituições, mas não possui uma imagem física própria, o que não descarta a existência de uma imagem pública própria. As imagens se constroem de ações e discursos e não de representações visuais. Os elementos visuais surgem para complementar ou reforçar uma ideia.

Imagem pública é um conjunto de noções, conceitos e informações sobre algo compartilhado por uma coletividade. É uma concepção caracterizadora, um reconhecimento que é atribuição. É a projeção de uma identidade (GOMES, 2004), o que é percebido sobre algo (GALICIA, 2010). O conceito de imagem pública equivale a reputação, fama e nome. Imagem é aquilo que algo parece ser; “o intermediário cognitivo entre nós e aquilo que se quer conhecer” (GOMES, 2004).

Os atores políticos promovem a fabricação de imagens em torno da imagem desejada (WEBER, 2004): planejam a projeção de uma imagem ideal, mas os resultados são pouco controláveis, pois do público resulta a imagem percebida. O que medeia esse processo são os meios de comunicação.

Quem cria e forma a imagem pública? Um conjunto de técnicas e de gerenciadores de emissão de mensagens sob controle do campo político dão início ao fluxo, entretanto, a subjetividade humana domina o processo: a imagem pública começa a existir apenas na recepção, embora programada na emissão. De acordo com Gomes (2004), há três fases: (1) sob controle dos agentes políticos e seus “técnicos da criação e gerenciamento da emissão de mensagens” (no caso da Lava Jato pode-se supor que integrem essa fase o juiz, a Justiça Federal, Polícia Federal, Ministério Público Federal); (2) o campo da comunicação, como detentor da esfera de visibilidade e, em especial, o jornalismo, organiza as informações que já não estão sob domínio de atores políticos; (3) informações são equacionadas pelo público (a recepção) e os pré-conceitos de decodificação (quadros hermenêuticos) individuais.

Weber (2004) e Galicia (2010) preveem um fluxo de informações com fases semelhantes, embora Galicia se concentre nos estudos de comunicação eleitoral. Weber ressalta o afastamento que a imagem percebida terá da imagem desejada. Ou seja, por

mais que esteja ancorada em um objeto real, sua assimilação, ao longo do processo, tende a ser desprendida. O espectador é o ator principal.

A imagem não é uma invenção. Apesar de conter um esforço dos agentes políticos em salientar fatores positivos e minimizar os negativos, é uma representação do real. Logo, está ancorada em recortes da realidade e não pode ser drasticamente incoerente sob pena de descrédito. As características reais da personalidade ou instituição não podem ser desconectadas de sua representação: é preciso, ao menos, parecer ser.

Confere-se atenção à imagem da Operação, admitindo-se o desafio de estudar a imagem pública deste objeto que não é personalidade, nem instituição, mas reúne um conjunto de personalidades e instituições. A imagem da Lava Jato está associada à imagem de outros atores e deles não pode ser dissociada. A credibilidade da operação conversa com a confiança atribuída a instituições e personalidades centrais.

O jornalismo depende desses atores para obter informações e, assim, se legitimar em seu papel social, e as instituições políticas recorrem à esfera de visibilidade pública sob controle do campo da comunicação e, em especial, da imprensa e do jornalismo a fim de configurarem uma imagem pública positiva. É a publicização de suas ações que os faz conhecidos e reconhecidos e configura determinadas representações. A comunicação medeia os demais campos e veicula representações.

## **2.1. Notícia: espaço de disputa por visibilidade pública**

Ao jornalismo se atribui os papéis de fiscalizador (cão de guarda e quarto poder); defensor do bem público, peça fundamental na estruturação da esfera pública (HABERMAS, 1929; MAIA, 2008) e formador da Opinião Pública (LIPPMAN, 1922). O estudo do agendamento (ou *agenda setting*) corrobora ao defender que os meios de comunicação pautam a agenda pública estabelecendo os assuntos prioritários e que merecem atenção no debate (McCOMBS e SHAW, 1972) e a noção de enquadramento ou *framing* aprofunda a ideia ao defender que o jornalismo delimita perspectivas específicas de análise das temáticas agendadas (ENTMAN, 1993). São abordagens que colaboram para a compreensão da atuação do jornalismo na esfera pública, como mediador e formador da Opinião Pública (LIPPMAN, 1922; HABERMAS, 1962; GOMES, 2008).

O crédito que o jornalismo detém como fonte de veracidade – o que, em partes, o distingue de outros produtos midiáticos (WEBER, 2004), fundamenta a confiança da população na tomada de decisões. Isso fica claro nas consultas públicas e eleições, embora seja primordial na pressão exercida sobre o campo político também durante o mandato. A imprensa tem a capacidade de organizar e de dar visibilidade às demandas de interesse público, (in)formar sobre ações dos agentes políticos e ofertar perspectivas de análise, contribuindo para configuração da imagem pública de atores e instituições.

A credibilidade para tanto remete às Teorias do Jornalismo, que consolidaram, ao longo do século XX, junto do desenvolvimento da comunicação de massa e a partir da influência do positivismo e do cientificismo, a prática da reportagem como uma iniciativa neutra, imparcial e objetiva, que reduziria toda subjetividade em prol do reflexo da realidade (Teoria do Espelho), agindo de forma desinteressada, ou melhor, assumindo o interesse público como único. A partir da visão idealista, o jornalismo se legitimou como fonte de veracidade, apto a orientar as massas sem, contudo, estar sujeito a algum interesse particular.

Deste mesmo momento histórico, situado no contexto ocidental de influência americana, surgem as distinções entre a imprensa informativa (pautada nos critérios de objetividade) e a imprensa opinativa. Os jornais passam a delimitar os espaços de opinião e classificar as produções: reportagens, matérias, entrevistas e notas compõem o quadro noticioso; a opinião está restrita a colunas, comentários, artigos, crônicas e editoriais, em que a opinião é caracterizadora do gênero textual. Já na Europa, o jornalismo partidário exerceu maior influência e configurou um contrato distinto com os leitores. A identidade dos jornais foi baseada no posicionamento político e a separação entre fato e opinião seria paradoxal.

Ao longo das últimas décadas, a exigência da objetividade foi colocada em xeque e reorientada para compreensões variadas, embora seja ponto pacífico a ideia de que constitui um ideal impraticável: ora é defendida como norte utópico, ora é recriminada como prática indesejável (BARROS FILHO, 1995) ou ainda classificada como um ritual estratégico da profissão (TUCHMAN, 1972). Se a Teoria do Espelho há muito de esvaiu, outras teorias se afastaram da visão de centralidade do repórter e passaram a considerar outros fatores para dar conta da produção noticiosa, como a Teoria Organi-

zacional, que volta-se para a empresa jornalística (BREDD, 1955). Já a Teoria Construcionista substituiu a ideia de espelho do real e resignificou a notícia como peça da construção da realidade (TUCHMAN, 1973). Embora o campo teórico tenha se dedicado a desmistificar o rigor da objetividade, a herança é perpetuada. Os espaços de opinião e notícia estão claramente delimitados, tanto na diagramação quanto nos processos.

Não se pode descartar o papel do produto jornalístico na conformação de imagens públicas, tampouco se pode atribuir poder exclusivo a esse item. A imagem pública de algo ou alguém é formada a partir de uma série de fatores e sua mensuração é de difícil apreensão – embora os institutos de sondagem acreditem deter essa condição analítica. Neste artigo, estudamos a imagem pública da Operação Lava Jato traduzida nos editoriais da Gazeta do Povo, o que não significa assumir que tais resultados reflitam a imagem pública que a Operação detém no todo. É um recorte específico.

### **2.1.1. Editorial: a voz do jornal na esfera pública**

No conjunto opinativo, os editoriais assumem relevância e apresentam especificidades pouco exploradas pela pesquisa. É um ambiente único, reservado para o posicionamento oficial do veículo, frequentemente ocupado com discussões sobre temáticas consideradas polêmicas e de maior destaque (MARQUES DE MELO, 2003). Isto é, há uma hierarquia que define os temas “dignos de um editorial”.

O consumo de produtos jornalísticos também representa, em alguma medida, a absorção de opiniões já consolidadas. O jornal legitima vozes e opiniões, chancelando aquelas autorizadas a se posicionar publicamente, seja pelo cargo público ocupado ou pela especialidade no tema em debate. Nos editoriais, encontra-se a opinião explícita e oficial do jornal. É um ambiente de franqueza em que o contrato entre leitor e jornal é alterado. Já não se espera consumir a "realidade dos fatos isenta de posição", tampouco se exige um equilíbrio de versões. É um espaço para se consumir opinião e saber “o que pensa o jornal”.

É necessário ponderar aspectos corporativos dos jornais. Cabe avaliar que essas empresas possuem interesses próprios, sejam eles políticos, ideológicos, sociais, econômicos ou religiosos, que não podem ser ignorados. Como empresa, o jornal lança mão do texto editorial e assume lugar de fala autorizado e socialmente legitimado na

arena de discussões, se configurando como peça fundamental de articulação na esfera pública. Isso não significa dizer que os espaços noticiosos não constituam matéria de análise do posicionamento dos veículos e da imagem que constroem de si mesmos, mas é preciso ressaltar que o editorial, dentro dos procedimentos de produção jornalística, exerce uma função singular. É voz ativa do jornal enquanto instituição.

Há um “elemento local” na cobertura noticiosa dos veículos, que priorizam eventos dentro da sua regionalidade e, embora a abrangência da Lava Jato não esteja reduzida ao âmbito estadual, a instalação da Força-Tarefa no Paraná e a atuação expressiva do juiz Sérgio Moro supõe uma atenção especial dos veículos locais, o que justifica a escolha do jornal Gazeta do Povo neste artigo.

### **3. Resultados e análise dos dados**

Compõem o corpus da pesquisa 10 (dez) editoriais da Gazeta do Povo, publicados entre os meses de março e junho de 2016, período que inclui as semanas que antecederam a mudança de governo, os dias de transição e o primeiro mês de exercício do governo interino. O jornal publica um editorial por dia e foram selecionados para esse estudo apenas aqueles que apresentavam a Lava Jato como tema central, o que implica na exclusão de textos que tenham mencionado a Lava Jato de modo secundário. A íntegra dos textos analisados é fornecida mediante solicitação à autora.

O recurso utilizado é a Análise do Discurso, uma vez que se mostra um mecanismo eficiente para examinar de que forma o periódico retratou a Lava Jato. A AD propõe uma reflexão sobre as condições de produção do texto, buscando compreender a formação social de sentido (PINHEIRO, 2013).

Na primeira etapa, foram lidos todos os textos e identificados as principais questões enfatizadas pelo jornal, o que nos permite apontar formações discursivas (FDs) mais recorrentes, que reforçam a posição da empresa sobre o tema. São elas: (1) a ofensiva política contra a Lava Jato; (2) PT, o inimigo número 1; (3) A operação legítima e defensável; (4) A competência de Sérgio Moro; (5) Temer não deve temer, mas ser firme e (6) A população deve agir e reagir. A sequência apresentada reflete o grau de recorrência de cada FD. Cada FD reúne Sequências Discursivas (SDs) relativas à abordagem em questão.



### FD1: A ofensiva política contra a Lava Jato

Segundo a GP, há uma série de tentativas da classe política para conter o avanço da Lava Jato; o PT e o legislativo aparecem como protagonistas desse processo.

Sequência Discursiva	Editorial
<b>SD1:</b> “Dilma teria <b>tentado interferir</b> no andamento da Lava Jato em pelo menos três ocasiões”	E01: Acusações explosivas
<b>SD 2:</b> “ <b>desmoralizar</b> o juiz federal Sergio Moro já era uma <b>estratégia</b> dos investigados da Lava Jato havia um bom tempo”	E02: A lei está do lado de Moro
<b>SD3:</b> “O novo ministro da Justiça <b>ataca</b> as delações premiadas da Lava Jato e <b>ameaça</b> trocar toda uma equipe caso suspeite de vazamentos”	E03: Aragão parte para o ataque
<b>SD4:</b> “Qual seria a melhor <b>estratégia</b> para um governo acuado pela Operação Lava Jato e interessado em <b>jogar água na ferverura das investigações</b> que chegaram ao centro do poder petista?”	
<b>SD5:</b> “graças à <b>pressão</b> do ex-presidente Lula, para quem era obrigação de Cardozo <b>domesticar</b> a Polícia Federal para que a <b>Lava Jato não incomodasse o chefão petista</b> e seus familiares”	
<b>SD6:</b> “Se Aragão estiver realmente disposto a <b>minar a Lava Jato, a sociedade precisa reagir</b> com a mesma força que demonstrou após a tentativa de levar Lula para o ministério”	
<b>SD7:</b> “Daí advêm os sinais, cada vez mais frequentes, de que <b>há o ânimo, ainda que inconfessado e subterrâneo</b> , de um grupo de peemedebistas investigados <b>de tentar esvaziar a Operação</b> ”	E05: Proteção incondicional à Lava Jato
<b>SD8:</b> “ <b>todas as tentativas de interferência saíram fracassadas</b> e com um alto preço pago por boa parte dos envolvidos”	E06: Contra a corrupção
<b>SD9:</b> “Se algum <b>risco existe</b> , ele está não no âmbito do Poder Executivo, mas no <b>Poder Legislativo</b> ”	
<b>SD10:</b> “Não por acaso <b>ameaças</b> semelhantes começam a emergir das sombras do Congresso Nacional. É <b>emblemática</b> a divulgação nesta semana da conversa gravada pelo ex-diretor da Transpetro Sérgio Machado, em que o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), afirma apoiar uma <b>mudança na lei que trata da delação premiada</b> , com o objetivo de impedir que uma pessoa presa possa se tornar um delator. É exatamente esse o tipo de medida que não vai contribuir para o florescimento de um ambiente menos corrupto no Brasil”	
<b>SD11:</b> “Ainda que o pedido de prisão de Renan, Jucá, Sarney e Cunha não prospere, ele alerta os brasileiros sobre as inúmeras <b>tentativas de perpetuar a corrupção</b> ”	E07: A trama contra a Lava Jato
<b>SD12:</b> “Mas o episódio serve de alerta a toda a sociedade brasileira sobre as inúmeras tentativas de <b>perpetuar a corrupção</b> ”	

<b>nos altos escalões do poder federal”</b>	
<b>SD13:</b> “O primeiro front consiste em <b>acabar com a Lava Jato</b> propriamente dita, ou <b>pelo menos burlá-la</b> onde for possível. Tais movimentações vêm <b>desde o governo Dilma”</b>	
<b>SD14:</b> “Seria ingenuidade imaginar que a queda de Dilma interrompesse as <b>tramoias</b> , já que o PMDB é praticamente um coprotagonista do petrolão. Mas as gravações de Sérgio Machado mostram que <b>a intenção não era apenas blindar</b> os atuais investigados, e sim <b>garantir que os corruptos fiquem longe do alcance de futuras operações</b> , com alterações na legislação que <b>dificultassem o combate à ladroagem</b> . Esse alerta tem sido feito por integrantes da força-tarefa da Lava Jato e pelo juiz Sergio Moro há muito tempo”	
<b>SD15:</b> “dado o <b>clima de conspiração</b> contra a Lava Jato que predomina em Brasília, a sociedade vai precisar ficar bastante atenta à tramitação do projeto”	E08: A Câmara e o combate à corrupção
<b>SD16:</b> “A intenção de, por meio da <b>atividade legislativa, minar a Lava Jato</b> e outras operações de combate aos crimes de agentes públicos <b>ficou evidente</b> nas gravações de conversas feitas pelo ex-diretor da Transpetro Sérgio Machado”	
<b>SD17:</b> “O que não se pode admitir é qualquer <b>“operação abafa”</b> justificada por uma potencial instabilidade no governo”	E09: Temer e o delator

(Tabela 1: FD1)

### FD2: PT, o inimigo número 1

Os editoriais tratam o Partido dos Trabalhadores, seus representantes e o governo federal como protagonistas do esquema de corrupção investigado pela LJ. Como tal, ícones do PT e aliados próximos são apontados como nomes antagonísticos à Operação.

Sequência Discursiva	Editorial
<b>SD18:</b> “Se confirmadas, as informações podem representar o <b>fim da linha</b> para a presidente Dilma e para o expresidente Lula, pois nenhuma informação dada até o momento pelos investigados ou presos da Lava Jato <b>implicava</b> o Palácio do Planalto de <b>forma tão explícita”</b>	E01: Acusações explosivas
<b>SD19:</b> “ <b>salta aos olhos</b> a velocidade com que Delcídio passou de líder do governo no Senado a <b>pessoa desacreditada”</b>	
<b>SD20:</b> “A divulgação – que não pode em hipótese alguma ser confundida com “vazamento”, expressão que o <b>petismo vem usando na tentativa de criminalizar</b> a difusão dos áudios – foi feita seguindo cuidados como o de não expor a intimidade dos investigados”	E02: A lei está do lado de Moro
<b>SD21:</b> “Dentro da legalidade, tomar uma atitude como a da quarta-feira é mérito, dado o <b>golpe que o PT vinha tramando</b> para blindar seu investigado mais célebre”	

<p><b>SD22:</b> “O novo ministro da Justiça ataca as delações premiadas da Lava Jato e ameaça trocar toda uma equipe caso suspeite de vazamentos. Será esse o “pulso firme” que <b>Lula</b> desejava?”</p>	<p>E03: Aragão parte para o ataque</p>
<p><b>SD23:</b> “Qual seria a melhor estratégia para um <b>governo acua-</b> <b>do</b> pela Operação Lava Jato e <b>interessado</b> em jogar água na fervera das investigações que chegaram ao <b>centro do poder petista</b>?”</p>	
<p><b>SD24:</b> “uma das <b>convicções mais arraigadas do petismo</b> é a de que os órgãos de Estado estão a serviço do partido”</p>	
<p><b>SD25:</b> “graças à <b>pressão</b> do ex-presidente <b>Lula</b>, para quem era obrigação de Cardozo domesticar a Polícia Federal para que a <b>Lava Jato não incomodasse o chefe petista</b> e seus familiares”</p>	
<p><b>SD26:</b> “...mas não teriam uma ligação pelo menos indireta, já que a ida de <b>Lula</b> para a Casa Civil seria o meio de <b>escapar</b> dessa mesmíssima <b>investigação</b>, como ficou provado pelo conteúdo dessas e de outras ligações?”</p>	
<p><b>SD27:</b> “mais uma vez a <b>máquina estatal</b> está sendo colocada a <b>serviço de Lula</b>”</p>	
<p><b>SD28:</b> “têm como principal objetivo protelar indefinidamente a constatação definitiva de que <b>houve desvio de finalidade</b> na tentativa de levar <b>Lula</b> para a Casa Civil”</p>	
<p><b>SD 29:</b> “estrutura do governo foi colocada, de uma ou outra forma, a <b>serviço do projeto petista</b>”</p>	<p>E10: A prisão de Paulo Bernardo</p>
<p><b>SD 30:</b> “Bernardo não é o primeiro <b>ex-Ministro petista preso</b> em decorrência das investigações iniciadas com a Lava Jato. Mas José Dirceu já estava fora do governo quando a fonte do mensalão secou e o <b>PT resolveu buscar outros meios de abastecer seus cofres</b>. Ele representa, podemos dizer, a <b>dimensão “partidária” do esquema</b>. Já a investigação no âmbito daqueles que <b>operavam de dentro do governo</b> havia pego, no máximo, diretores e gerentes de estatais; quando surgem denúncias, acusações e indícios que envolvem até mesmo alguém que agia na qualidade de ministro de Estado, a situação <b>muda de patamar</b>”</p>	

(Tabela 2: FD2)

### FD3: A competência de Sérgio Moro

O juiz federal Sérgio Moro, que conduz a Operação de Curitiba, adquiriu destaque como figura capaz de promover o combate à corrupção. Nos editoriais da GP, o magistrado é tratado com admiração e respeito, tendo, inclusive, textos dedicados à sua defesa pessoal, em contraposição a imagem do ex-presidente Lula.

<p><b>Sequência Discursiva</b></p>	<p><b>Editorial</b></p>
------------------------------------	-------------------------

<b>SD31:</b> “Sergio Moro agiu <b>estritamente</b> dentro de suas prerrogativas e do que prescreve o processo penal ao divulgar o conteúdo das gravações de Lula”	E02: A lei está do lado de Moro
<b>SD 32:</b> “ <b>desmoralizar</b> o juiz federal Sergio Moro já era uma <b>estratégia</b> dos investigados da Lava Jato havia um bom tempo”	
<b>SD33:</b> “O que uns chamam de oportunismo nós <b>chamaríamos de coragem</b> . Impossível saber a intenção do magistrado, mas, se realmente Moro agiu guiado pelo senso de oportunidade, só podemos <b>dar-lhe os parabéns</b> . Dentro da legalidade, tomar uma atitude como a da quarta-feira <b>é mérito</b> ”	
<b>SD34:</b> “Moro arriscou todas as fichas ao fazer o que fez? É possível. Mas agiu <b>consciente da legalidade</b> de sua decisão. <b>O Brasil agradece.</b> ”	
<b>SD35:</b> “Estamos convencidos da <b>legalidade das ações do juiz</b> federal, e por isso só nos resta esperar que o ministro, ao fim, tome a decisão correta e <b>reconheça a lisura com que Moro tem conduzido a Lava Jato.</b> ”	E04: Vale tudo para blindar Lula
<b>SD36:</b> “Sergio Moro, cuja caneta foi a <b>principal responsável por ter mostrado o lado avesso da prática política nacional</b> , que <b>não poupou os maiores notáveis do poder</b> encrustados no governo e nas grandes empreiteiras cúmplices. Bom lembrar: até agora, <b>menos de 4%</b> das decisões de Moro foram reformadas por instâncias superiores”	E05: Proteção incondicional à Lava Jato

(Tabela 3: FD3)

#### FD4: A Operação legítima e defensável

A defesa da Lava Jato é clara: a GP acusa quem investe contra a Operação, reafirma a relevância da investigação para o país e sentencia: quem está contra a Lava Jato está a favor da corrupção e da impunidade. Para a GP, o apoio popular é unânime.

Seqüência Discursiva	Editorial
<b>SD37:</b> “As evidências parecem comprovar, a cada dia, que a Lava Jato <b>ainda tem muito a fazer</b> . O <b>trabalho de limpeza ética</b> , ao que tudo indica, está longe de ser concluído”	E05: Proteção incondicional à Lava Jato
<b>SD38:</b> “Vem daí o risco de esvaziamento da operação já que popular e politicamente <b>se tornou completamente inviável investir frontalmente contra ela</b> ”	
<b>SD39:</b> “...todas as tentativas de interferência saíram fracassadas e com um <b>alto preço pago</b> por boa parte dos envolvidos”	E06: Contra a corrupção
<b>SD40:</b> “A Operação Lava Jato e os <b>efeitos dela decorrentes</b> precisam ser encarados pelos parlamentares da mesma forma como o <b>são pela sociedade</b> : um momento de <b>ruptura</b> que abre a oportunidade para a <b>transformação do ambiente político brasileiro</b> ”	

<b>SD41:</b> “Saber que o <b>trabalho exemplar realizado no Paraná</b> encontra ecos pelo país é um <b>conforto</b> – a não ser, claro, para <b>quem contava com a impunidade</b> ”	E10: A prisão de Paulo Bernardo
---	---------------------------------

(Tabela 4: FD4)

#### **FD5: População deve agir e reagir**

Para evitar obstáculos (alarmados em FD1) que impeçam o sucesso da Lava Jato no combate a crimes de corrupção e na instalação de um novo ambiente político, a GP orienta a população permanecer vigilante e atuante.

<b>Sequência Discursiva</b>	<b>Editorial</b>
<b>SD42:</b> “Se Aragão estiver realmente disposto <b>a minar a Lava Jato, a sociedade precisa reagir</b> com a mesma <b>força</b> que demonstrou após a tentativa de levar Lula para o ministério”	E03: Aragão parte para o ataque
<b>SD43:</b> “Essa <b>oportunidade precisar ser aproveitada</b> . E a <b>sociedade pode ser a indutora desse processo de mudança</b> , se, da mesma forma que vem demonstrando seu <b>apoio à Lava Jato, encampar uma mobilização</b> mais ampla para aprovar esses projetos contra a corrupção.”	E06: Contra a corrupção
<b>SD44:</b> “Este é um <b>controle que só pode ser feito pela população</b> , para que não aconteça aqui o que houve na Itália. <b>Atenção máxima</b> aos projetos de lei que lidam com o combate à rouboalheira, <b>apoio a iniciativas</b> como as Dez Medidas Contra a Corrupção e <b>pressão popular</b> , inclusive <b>nas ruas</b> , são o melhor jeito de <b>impedir que os corruptos levem a melhor</b> , no curto ou no longo prazo”	E07: A trama contra a Lava Jato
<b>SD45:</b> “Dado o clima de conspiração contra a Lava Jato que predomina em Brasília, <b>a sociedade vai precisar ficar bastante atenta</b> à tramitação do projeto”	E08: A Câmara e o combate à corrupção
<b>SD46:</b> “Por essas razões, é necessária a mais <b>absoluta vigilância</b> neste momento de criação da comissão especial na Câmara”	
<b>SD47:</b> “A <b>mobilização da sociedade</b> para aprovar as Dez Medidas Contra a Corrupção é uma tarefa que, se levada a cabo, <b>vai contribuir para transformar o ambiente político</b> ”	

(Tabela 5: FD5)

#### **FD6: Temer não deve temer, mas ser firme**

Na transição de governo, o descrédito do PT se converte em voto de confiança a gestão Temer. Os editoriais dão uma chance ao PMDB e cobram postura firme do novo líder, a fim de garantir o êxito da Lava Jato.

<b>Sequência Discursiva</b>	<b>Editorial</b>
<b>SD48:</b> “Mas suas declarações <b>não têm sido suficientes</b> para aplacar a desconfiança de que o que mais desejam os investi-	E05: Proteção incondicional à Lava Jato

<p>gados da cúpula de seu partido é manobrar para obstruir ou reduzir os danos que ela ainda pode causar. Por isso, <b>o presidente precisa ser mais enfático</b>. Temer tem que <b>estar atento</b> para <b>assegurar</b> que as garantias que deu sejam <b>cumpridas</b> e, até mesmo, se necessário, <b>atuar para a blindagem do trabalho dos envolvidos na operação.</b>”</p>	
<p><b>SD49:</b> “toda a <b>atenção de Temer</b> é necessária para que, além da “salvação nacional” de que falou em seu discurso de posse, permaneça <b>assegurada a continuidade da atuação implacável</b> da Lava Jato”</p>	
<p><b>SD50:</b> “Apesar de declarar apoio público à Lava Jato, o governo <b>não deu a mínima atenção até agora</b> a esse relevante conjunto de medidas”</p>	<p>E08: A Câmara e o combate à corrupção</p>
<p><b>SD51:</b> “Por isso, <b>se Temer não quiser repetir Dilma</b>, interrompendo ainda no início um <b>esforço que pode ser fundamental para o país</b>, terá de <b>sanear sua equipe, livrando-a</b> de quaisquer elementos <b>suspeitos</b>”</p>	<p>E09: Temer e o delator</p>

(Tabela 6: FD6)

#### 4. Considerações finais

A Lava Jato é a uma oportunidade rara de mudança do ambiente político brasileiro. É o que afirmam os editoriais da Gazeta do Povo, no período de março a junho de 2016. O corpus analisado revela que o posicionamento editorial do jornal sequer questiona qualquer iniciativa da equipe de investigação da operação. Ao contrário, no momento de maior impasse vivido pelo juiz Sérgio Moro, quando acusado de abuso de autoridade pelo vazamento das gravações de conversas entre Lula e Dilma, o periódico parabenizou a conduta do juiz e, em outro momento, se revelou orgulhoso da expressividade paranaense frente à luta nacional contra a corrupção.

A AD demonstra que a temática mais recorrente é a ênfase na existência de uma ofensiva sistemática, oriunda de diversos grupos políticos e concentrada no PT e no poder legislativo, com intuito de impedir o avanço da investigação. Aliado a essa mesma ideia, o segundo ponto mais presente reside na crítica constante ao PT e seus aliados mais próximos. O PT aparece sempre como responsável por tamanha e inédita corrupção, o mais prejudicado e o principal articulador contrário à punição, aquele que se vale de qualquer instrumento para burlar a lei.

Moro e a Lava Jato aparecem como figuras respeitáveis e isentas de qualquer equívoco. A população é citada como peça fundamental para monitoramento, pressão e

mobilização. No contexto pós-impeachment, Temer se torna mais presente nos textos, sendo reivindicado para garantir, na condição de presidente, o triunfo da LJ e consequente fim do velho modo de fazer política.

Conclui-se, portanto, que a linha editorial traduzida nos editoriais da Gazeta do Povo colabora para a construção de uma imagem totalmente positiva da operação Lava Jato, apresentando o objeto sob um olhar otimista e não apenas apoiador, mas também defensivo.

### Referências

BARROS FILHO, Clóvis. **Ética na Comunicação: da informação ao receptor**. São Paulo: Moderna, 1995.

ENTMAN, Robert M. '**Framing: Toward Clarification of Fractured Paradigm**'. *Journal of Communication*, 43 (4), p. 51- 58, 1993

GALICIA, Javier. **Posicionamiento**. In Treinta claves para entender el poder. México, Piso 15: 2010.

GOMES, Wilson. **A política de imagem** In Transformações da política na era da comunicação de massa. São Paulo: Paulus, 2004. Cap 06.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**, Vol 2, 1929. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

MAIA, R. C. M.. Deliberação e Mídia. In: Rousiley C.M. Maia. (Org.). Mídia e Deliberação. 1ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, v. 1, p. 93-119

McCOMBS, Maxwell. **Setting the agenda**. The mass media and public opinion. PolityPress, 2004. (Edição brasileira pela Vozes, 2009. **Teoria da agenda**).

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no Jornalismo brasileiro**. 3. ed. Campos de Jordão, RJ: Editora Mantiqueira, 2003.

PINHEIRO, Yohanna. **O discurso do jornal O Estado de S. Paulo sobre o Mercosul**. Fortaleza, 2013.

TUCHMAN, Gaye. **Reedição de “American Journal of Sociology”** (Vol. 77, Nº 2, 1972). *Objectivity as Strategic Ritual: Na Examinacion of Newsmen´s Notions of Objectivity*. Direitos do autor: *The University of Chicago*.

TUCHMAN, Gaye. **Reedição de “Journal of Communication”** (Vol. 26, Nº 4, 1976). *Telling Stories*. Direitos do autor: *Oxford University Press*.

WEBER, Maria Helena. **Imagem Pública**. In RUBIM, Antônio. Comunicação e Política, conceitos e abordagens. Salvador: Editora UFBA, 2004. p. 259-308.

<http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/26/dilma-cresce-na-reta-final-e-reeleita-e-emplaca-quarto-mandato-do-pt.htm>, disponível em 21 de julho de 2016.

SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo  
14º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo  
Palhoça – Unisul – Novembro de 2016

.....

<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/avaliacaodegoverno/presidente/dilma/indice-1.shtml>, disponível em 21 de julho de 2016.

Conteúdo Corpus: <http://www.gazetadopovo.com.br/opinioao/editoriais/>